

# Alguns traços das desigualdades raciais no mercado de trabalho da Região Metropolitana e do município de Salvador

*José Ribeiro Soares Guimarães\**

## Resumo

O objetivo deste artigo é apontar alguns importantes aspectos das desigualdades raciais no mercado de trabalho da Região Metropolitana e do município de Salvador. Com base nos dados da PNAD e do Censo Demográfico 2000, do IBGE, evidencia-se que a metrópole baiana apresenta o mais contundente nível de desigualdade racial laboral do país entre trabalhadores brancos e pretos ou pardos, incorrendo num grande desafio no âmbito das políticas públicas, já que a região abriga as maiores proporções do país, tanto de pretos quanto de pretos e pardos conjuntamente.

**Palavras-chave:** racismo, desigualdade, indicadores, mercado de trabalho, negros.

## Abstract

*The objective of this article is to point some important aspects of the racial inequalities in the work market of the Salvador, Metropolitan Region and the city. Based on the PNAD's data PNAD and on the Demographic Census 2000 of the IBGE, it became evident that the Bahia metropolis presents the most forceful level of labor racial inequality in the whole country among white and black or medium brown workers, incurring into a great challenge in the scope of the public politics since this region keeps the biggest ratios in the country either on black or brown or mediums brown workers jointly.*

**Key words:** racism, inequality, indicators, work market, blacks.

## INTRODUÇÃO

A desigualdade racial se manifesta praticamente em todas as latitudes, quaisquer que sejam os níveis de desenvolvimento econômico, os sistemas políticos e os entornos religiosos, sociais e culturais. É uma das características mais importantes e persistentes da maioria dos países e representa uma nefasta forma de violação dos direitos humanos.

Uma vez que foge ao escopo da presente investigação abordar toda a vasta e complexa questão da desigualdade racial, optou-se por analisar al-

guns aspectos referentes à inserção laboral, na medida em que o mercado de trabalho representa um dos mais importantes *locus* de manifestação das desigualdades. Esse tipo de análise é de suma importância num país como o Brasil, onde ainda perdura o mito da *democracia racial*. No estado da Bahia, e mais especificamente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), por motivos óbvios, esse recorte analítico torna-se ainda mais relevante.

## OS DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO E ESCOLARIDADE

A forma desejável do indivíduo obter a renda necessária (do trabalho, presente ou deferida por

\* Diretor de Estudos e Pesquisas da SEI e Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. ribeiro@sei.ba.gov.br.

**Tabela 1**  
**População ocupada por cor ou raça, com indicação da média de anos de estudo e do rendimento médio mensal em salário mínimo Bahia e principais Regiões Metropolitanas, 2002**

Bahia e Regiões Metropolitanas	População ocupada, por cor ou raça							
	Branca		Preta		Diferencial Branca / Preta			
	Média de anos de estudo	Rendimento médio em salário mínimo	Média de anos de estudo	Rendimento médio em salário mínimo	Média de anos de estudo	%	Rendimento médio em salário mínimo	%
Bahia	6,3	3,2	5,7	1,7	0,6	35,3	1,5	88,2
Salvador	10,5	7,2	7,3	2,2	3,2	145,5	5,0	227,3
Recife	9,3	4,4	6,4	2,0	2,9	145,0	2,4	120,0
Fortaleza	8,7	3,9	5,3	2,0	3,4	170,0	1,9	95,0
Belém	9,2	4,4	6,4	2,4	2,8	116,7	2,0	83,3
Belo Horizonte	9,4	5,1	6,5	2,2	2,9	131,8	2,9	131,8
Rio de Janeiro	9,5	5,4	6,9	2,6	2,6	100,0	2,8	107,7
São Paulo	9,4	6,2	7,6	3,1	1,8	58,1	3,1	100,0
Curitiba	8,7	4,6	7,2	2,7	1,5	55,6	1,9	70,4
Porto Alegre	8,7	4,8	7,3	2,7	1,4	51,9	2,1	77,8

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2003

mecanismos de poupança e previdência) para evitar a pobreza é pela sua inserção no mercado de trabalho. Sendo assim, grande parte da renda familiar e, por conseguinte, das condições de vida da maioria dos indivíduos, depende primordialmente dos rendimentos gerados no mercado de trabalho que, por sua vez, guardam estreita relação com os níveis de escolaridade.

A Tabela 1 apresenta os níveis de rendimento médio (em salário mínimo) e a média de anos de estudo da população ocupada por cor ou raça,<sup>1</sup> para a Bahia, e o conjunto das nove principais regiões metropolitanas do país abarcadas pela PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. Uma primeira constatação salta aos olhos, quando se procura identificar qual a região metropolitana do país onde a população ocupada de cor ou raça branca auferia maiores níveis de rendimento e possui escolaridade mais elevada.

Considerando-se o histórico e perverso processo de desigualdades regionais – traço estrutural da realidade brasileira – seria de esperar que se encontrassem maiores níveis de rendimento e

de estudo em alguma das regiões metropolitanas do eixo Sul-Sudeste. Entretanto, as informações da PNAD apontam que, no ano de 2002 (assim como durante toda a década de 1990), era na Região Metropolitana de Salvador (RMS) que os trabalhadores de cor ou raça branca possuíam os maiores níveis de renda e de escolaridade<sup>2</sup> do Brasil. De fato, em 2002, o rendimento médio alcançava 7,2 salários mínimos (SM) na RMS, ao passo em que era de 6,2 SM na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e 5,4 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A mesma tendência é observada em relação aos níveis de escolaridade. Na RMS, a população ocupada branca apresentava uma média de 10,5 anos de estudo, sendo que esta, além de ser a maior média do país, corresponde à única região metropolitana onde a escolaridade média alcançava o patamar de dez anos de estudos completos. As RMs de São Paulo e de Belo Horizonte figuravam em seguida, com 9,4 anos de estudo, no que tange à escolaridade da população ocupada branca.

Por outro lado, considerando-se a população ocupada por cor ou raça preta, a tendência se reverte. Em que pese os trabalhadores pretos da RMS apresentarem a segunda maior média de anos de estudo (7,3 anos de estudo) dentre os ocupados de igual cor ou raça das RMs do país, o rendimento médio era de apenas 2,2 SM e figurava

<sup>2</sup> Obviamente, há uma forte correlação entre escolaridade e renda.

entre os três mais baixos do país no ano de 2002, à frente apenas de Recife e Fortaleza (2,0 SM).

Se, por um lado, a situação de rendimento e escolaridade dos trabalhadores da RMS, de cor ou raça branca, se destaca favoravelmente no cenário nacional, de outro, a dos trabalhadores pretos causa grande inquietação. Esse cenário, diametralmente oposto, faz com que a RMS apresente o pior quadro de desigualdade racial no mercado de trabalho dentre as principais regiões metropolitanas do país.

Com efeito, observando-se os diferenciais de rendimento e de anos médios de estudo entre a população ocupada branca e a preta, ratifica-se tal afirmação. Na RMS, o rendimento médio da população ocupada branca era três vezes mais elevado do que o da população preta (7,2 SM *versus* 2,2 SM) e situava-se como o maior diferencial do Brasil – cinco salários mínimos a mais, ou 227,3% superior. Tratando-se da escolaridade, o diferencial era de 3,2 anos de estudo entre trabalhadores brancos e pretos (10,4 *versus* 6,6) e era o segundo maior dentre o conjunto das RMs – atrás apenas da RM de Fortaleza, cujo diferencial era de 3,4 anos.

O diferencial de rendimento médio entre os trabalhadores brancos e pardos da RMS era também bastante expressivo – 2,8 vezes em favor dos brancos, que auferiam 7,3 SM contra 2,6 SM dos pardos – ainda que se situando num patamar inferior àquele verificado entre brancos e pretos. Já em relação à escolaridade, o diferencial era de 2,8 anos de estudo a mais em favor dos brancos.

É interessante destacar que nas RMs do país, onde os trabalhadores pretos auferem rendimento num patamar inferior ao da RMS, a média de anos de estudo dos mesmos é menor. De fato, tanto em Fortaleza (5,3 anos de estudo) quanto no Recife (6,4 anos de estudo), a escolaridade média da população ocupada preta é inferior quando comparada com a de Salvador (7,3 anos de estudo). Tal processo está associado à estreita relação (e elasticidade) entre escolaridade e renda. Entretanto, para o caso da RMS, essa relação não ocorre com a mesma

magnitude, já que em diversas outras regiões metropolitanas os trabalhadores pretos possuem um nível de rendimento superior aos da RMS, apesar de possuírem menos anos de estudo. De fato, nas RMs do Rio de Janeiro (6,9 anos de estudo) e de Belém (6,4 anos de estudo), embora a população trabalhadora preta apresente níveis de escolaridades menores do que aquele prevalecente na RMS (7,3 anos), os rendimentos médios são superiores – 2,6 SM e 2,4 SM respectivamente, contra 2,2 SM na RMS.

**Se, por um lado, a situação de rendimento e escolaridade dos trabalhadores da RMS, de cor ou raça branca, se destaca favoravelmente no cenário nacional, de outro, a dos trabalhadores pretos causa grande inquietação**

Tais informações apontam que, principalmente no caso da RMS, a elevação da escolaridade da população preta não é suficiente para reduzir as desigualdades raciais no mercado de trabalho, uma vez que há uma seletividade, em função não apenas de características aquisitivas, mas também no concernente a características adscritas,

principalmente de cor ou raça, operando, portanto, mecanismos de discriminação.

Esta constatação é importante na medida em que alguns pesquisadores argumentam que os diferenciais raciais de rendimento, no mercado de trabalho, são decorrentes predominantemente das diferenças de “capital humano” e não propriamente de discriminação. Nessa perspectiva, os pretos e pardos auferem menos rendimento (em média) do que os brancos, por possuírem menor aporte de capital humano (leia-se escolaridade). Entretanto, conforme a Tabela 2, ao comparar-se o valor do rendimento-hora dos trabalhadores brancos com os pretos e pardos, em iguais grupos de anos de estudo nas principais regiões metropolitanas do país, se observa que – contrariamente ao argumento de que a diferença é proveniente do capital humano – o maior diferencial de renda entre brancos e pretos/pardos ocorre, exatamente, no grupo de anos de estudo mais elevado. Com efeito, enquanto o valor do rendimento-hora dos trabalhadores pretos e pardos com mais de 12 anos de estudo (referente ao ensino médio completo para cima) era de R\$ 10,20, no ano de 2002, entre os brancos, era de R\$ 16,60, ou seja, cerca de 62,7% superior.

**Tabela 2**  
**Rendimento-hora (R\$) da população ocupada total, por cor ou raça e grupos de anos de estudo Bahia e RMS, 2002**

Bahia e RMS	Total	Grupos de anos de estudo			
		Até 4 anos	De 5 a 8 anos	De 9 a 11 anos	Mais de 12 anos
<b>Cor ou Raça Branca</b>					
Bahia	3,80	1,60	2,20	3,80	14,10
RMS	8,20	2,50	2,20	4,70	16,60
<b>Cor ou Raça Preta e Parda</b>					
Bahia	2,00	1,30	1,70	2,80	8,90
RMS	3,00	1,60	1,90	3,30	10,20
<b>Diferencial Branca / Preta de Parda (%)</b>					
Bahia	90,0	23,1	29,4	35,7	58,4
RMS	173,3	56,3	15,8	42,4	62,7

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2003

Uma outra constatação importante é que esse nível de desigualdade racial presente na RMS não se manifesta com a mesma intensidade no conjunto do estado da Bahia. Obviamente, independente da cor ou raça, os níveis de rendimento e escolaridade referentes ao total estadual são inferiores àqueles observados na RMS. Entretanto, os diferenciais inter-raciais, em que pese serem também contundentes, são menores na média estadual. Enquanto nas informações referentes ao conjunto do Estado, o rendimento médio dos ocupados de cor ou raça branca era 88,2% superior ao rendimento daqueles de cor ou raça preta, em 2002, na RMS, conforme mencionado anteriormente, o diferencial era de 227,3%.

O conjunto dessas análises de rendimento e desigualdades raciais elucida mais uma particularidade da RMS em relação ao conjunto do Estado, que se manifesta em um quadro de graves desigualdades raciais. Dado que os trabalhadores brancos da RMS possuem o maior nível de rendimento e escolaridade, dentre todas aquelas da mesma raça ou cor nas demais regiões metropolitanas do país, poderia aventar-se, supondo-se que a população da RMS fosse composta apenas por brancos, que não somente não existiriam desigualdades regionais (em termos de renda e escolaridade), como seríamos a metrópole mais rica e desenvolvida do país. Por outro lado, caso a população fosse composta somente pelos pretos da RMS, nos enquadraríamos entre as duas metrópoles menos desenvolvidas.

A gravidade dessa situação assume uma magnitude ainda maior pelo fato da população de cor

ou raça branca ser minoritária, tanto na RMS (19,0%) quanto na Bahia (22,7%), em relação à de cor ou raça preta ou parda (79,9% na RMS e 76,9% no conjunto do estado), segundo a PNAD de 2002.

### A SEGREGAÇÃO OCUPACIONAL NO MUNICÍPIO DE SALVADOR

A ótica da segregação ocupacional é outro importante recorte analítico para a observância das desigualdades raciais no mercado de trabalho. Com base nos microdados dos Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000, do IBGE, é possível observar a distribuição dos trabalhadores soteropolitanos nos mais diversos tipos de ocupação no trabalho principal,<sup>3</sup> mediante uma perspectiva de raça.

As informações da Tabela 3 apontam que as populações preta e parda, apesar de representarem respectivamente 20,4% e 54,8% da população soteropolitana no ano de 2000, estavam bastante sub-representadas nas mais diversas profissões de nível superior, que gozam de melhores condições de trabalho e maiores níveis de remuneração. De fato, 76,0% dos advogados, 72,5% dos cirurgiões-dentistas, 71,3% dos médicos, 66,2% dos administradores, 62,8% dos professores do ensino superior e 61,8% dos advogados, eram de cor ou raça branca.

Mesmo tratando-se de ocupações de nível superior, os diferenciais de rendimento inter-raciais prevalecem em praticamente todas as ocupações. Entre os médicos, o rendimento médio dos profissionais brancos (R\$ 3.521,79) era cerca de 86,5% superior ao dos pretos (R\$ 1.888,34) e 12,9% superior em relação aos pardos (R\$ 3.119,22).

No âmbito dos postos diretivos, verifica-se a permanência de significativas barreiras e preconceitos em relação aos pretos e pardos. Entre os dirigentes de empresas com mais de 5 empregados, apenas 30,6% eram pretos e pardos, enquanto que 67,7% eram brancos. Ademais, o rendimento daqueles executivos de cor ou raça branca (R\$ 6.222,38) era 66,0% superior quando comparado com os de

<sup>3</sup> Entende-se por ocupação a função, cargo, profissão ou ofício desempenhado por uma pessoa, numa atividade econômica. A ocupação refere-se sempre ao trabalho principal. Trabalho principal é aquele ao qual a pessoa dedica maior número de horas normalmente trabalhadas, por semana, independentemente de ser remunerado ou não-remunerado.

cor ou raça preta (R\$ 3.748,34) e 33,5% maior em relação aos pardos (R\$ 4.661,00).

Deslocando-se a análise para aquelas ocupações nas quais mais predominavam os trabalhadores pretos e pardos, constata-se que os mesmos representavam, por exemplo, cerca de 90,0% dos ajudantes de obras civis, 89,2% dos camareiros, roupeiros e afins, 87,0% dos trabalhadores dos serviços domésticos, 84,3% dos cozinheiros, 83,0% dos marceneiros e afins, 80,4% dos contínuos e cerca de 80,0% dos vendedores ambulantes. Vale enfatizar que essas ocupações são, predominantemente, marcadas pela precariedade das condições de trabalho, expressa pelo exíguo índice de formalização das relações laborais, trabalho em tempo parcial e sazonal, elevada rotatividade e baixos níveis de remuneração. Com efeito, o rendimento médio dos trabalhadores pretos e pardos ocupados na condição de ajudantes de obras civis, era inferior a R\$ 200,00 e, daqueles pertencentes aos serviços domésticos, era de apenas R\$ 148,00 – prati-

camente o valor do salário mínimo (R\$ 151,00) vigente na época (julho de 2000).

É interessante evidenciar que, até naquelas ocupações em que predominam os trabalhadores pretos e pardos, o hiato de rendimentos em relação à cor branca prevalece. Com base ainda na Tabela 3, constata-se que o rendimento médio dos trabalhadores de cor ou raça branca é maior em todas as ocupações selecionadas, tanto quando comparado com os trabalhadores pretos como no caso dos trabalhadores pardos – à exceção dos contínuos. Na ocupação de camareiros, roupeiros e afins, por exemplo, em que pese os pretos e pardos ocuparem cerca de 90,0% dos postos de trabalho, o rendimento médio dos brancos (R\$ 664,89) era mais do que três vezes superior.

### A SITUAÇÃO DA MULHER

Analisando-se a situação da mulher de cor ou raça preta e parda, se observa uma situação ainda

**Tabela 3**  
**Distribuição dos trabalhadores de cor ou raça branca, preta e parda e valor do rendimento médio do trabalho principal por tipo de ocupação selecionada Município de Salvador, 2000**

Ocupação	% de trabalhadores			Rendimento Médio (R\$)		
	Brancos	Pretos	Pardos	Brancos	Pretos	Pardos
<b>Predomínio de trabalhador branco</b>						
Arquitetos	76,0	4,3	19,1	1.945,17	947,16	1.813,85
Cirurgiões-dentistas	72,6	3,9	22,1	2.885,58	2.734,84	2.289,88
Médicos	71,3	2,8	25,1	3.521,79	1.888,34	3.119,22
Engenheiros civis e afins	68,4	1,5	28,9	3.497,94	2.894,64	2.674,54
Dirigentes- empresas + de 5 empregados	67,7	4,7	25,9	6.222,38	3.748,34	4.661,00
Administradores	66,2	4,2	28,7	2.708,52	2.159,90	1.610,25
Professores do ensino superior	62,8	9,1	26,4	2.335,05	1.493,96	2.367,73
Advogados	61,8	6,0	31,6	2.964,09	3.254,44	2.444,42
Profissionais de marketing, public. e com.	58,9	5,0	34,0	2.057,76	828,24	4.441,11
Analistas de sistemas	57,4	7,9	32,7	2.298,11	1.911,31	1.746,66
Enfermeiros de nível superior e afins	51,9	4,7	41,9	1.719,19	1.531,22	1.446,79
<b>Predomínio de trabalhador preto e pardo</b>						
Ajudantes de obras civis	9,0	30,2	59,3	221,70	201,54	190,00
Camareiros, roupeiros e afins	9,5	30,5	58,7	664,89	194,59	211,44
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	9,8	32,1	56,1	500,66	281,63	310,69
Cabos e soldados da polícia militar	10,5	27,7	60,1	594,70	555,82	544,26
Trabalhadores dos serviços domésticos	11,6	31,3	55,5	153,16	148,41	148,28
Trab. serviços de manutenção e conserv.	11,7	30,6	55,8	248,43	209,70	208,35
Vigilantes e guardas de segurança	12,2	28,8	57,1	397,06	315,34	325,64
Cozinheiros	13,6	29,7	54,6	366,27	231,76	240,19
Carteiros e afins	13,7	23,1	61,0	702,47	559,08	477,87
Técnicos e auxiliares de enfermagem	14,6	30,7	53,7	661,80	543,84	526,68
Marceneiros e afins	15,1	25,6	57,5	643,54	416,74	341,31
Contínuos	17,8	24,5	56,0	240,82	232,10	247,68
Vendedores ambulantes	18,1	25,2	54,6	526,79	226,98	270,53
Garçons, barmen e copeiros	19,9	22,4	56,0	520,83	255,98	311,37

Fonte: IBGE - Microdados da Amostra do Censo 2000

mais inquietante, na medida em que as desigualdades raciais se entrelaçam com as de gênero.

No município de Salvador, cerca de 30,0% das mulheres ocupadas de cor ou raça preta trabalhavam no serviço doméstico e auferiam um rendimento médio mensal da ordem de R\$ 148,00, sendo que tal proporção era de 21,0% entre as pardas e o rendimento era mesma. Já entre as brancas, apenas 8,7% desempenhavam suas atividades laborais nos serviços domésticos e o nível de renda era de R\$ 151,81.

Outro elemento que chamava a atenção e ratificava a situação de vulnerabilidade social das mulheres ocupadas de cor ou raça preta, era o fato de que a metade delas estava distribuída em apenas cinco tipos de ocupações – todas marcadas por precárias condições de trabalho: além dos serviços domésticos (30,0%), figuravam as vendedoras ambulantes (5,9%), as vendedoras e demonstradoras em lojas ou mercados (5,0%), as cozinheiras (5,0%) e as trabalhadoras nos serviços de higiene e embelezamento (3,8%).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal quadro de desigualdade racial guarda estreita relação com o legado da escravidão no Brasil. Afinal de contas, após a data da abolição da escravidão (13 de maio de 1888), conforme destaca Mar-

tins (2004), os escravos recém-libertos foram entregues à sua própria sorte, sem que houvesse nenhum tipo de compensação ou projetos de integração dos mesmos à sociedade e ao mercado de trabalho.

Frente a esse contexto, os processos de vulnerabilidade social e de exclusão racial são resultado de severas desvantagens, provenientes do regime escravista, e que são transmitidas de geração a geração, sendo, portanto, perpetuadas. No entanto, vale ressaltar que, em que pese a herança escravista do passado, o preconceito e a discriminação racial são retroalimentados na atualidade e continuam vigentes em todos os aspectos do cotidiano e nos quatro cantos do país.

Diante desse quadro de desigualdades raciais no mercado de trabalho da RMS – que também se configura nas outras regiões, ainda que em termos de magnitude não haja precedentes em âmbito nacional – as pesquisas voltadas para o planejamento e ações de políticas públicas não podem prescindir do recorte racial.

## REFERÊNCIAS

MARTINS, Roberto. *Desigualdades raciales y políticas de inclusión racial: resumen de la experiencia brasileña reciente*. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. (Serie Políticas Sociales, 82).